

DISCURSO SOBRE “COTA” NA REVISTA VEJA: O IMAGINÁRIO COMO FATO

Wellington Ferreira Santos

Orientadora: Bethania Mariani

Mestrando

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, analisar o discurso sobre “cota” em textos publicados na revista *VEJA* que circularam entre os anos de 2006 a 2012 — *Convite ao ódio racial: a política de cotas racial desastrosa - e pode ser trocada por cotas sociais* (2006); *Contra o mito da nação bicolor: as falácias das políticas de cotas raciais na análise demolidora de Ali Kamel* (2006); *Intolerância: militantes reagem ao debate sobre cotas com ameaças e apologia a violência* (2007); *O perigo de classificar os brasileiros por raça* (2007); *Uma segunda opinião* (2009); *Queremos dividir o Brasil como na foto?* (2009); *Distorção na pele* (2012) entre outras. Para tal trabalho, filiamo-nos a Análise de Discurso de tradição francesa, fundada por Pêcheux e seus colaboradores, assim como, às retomadas e deslocamentos propostos por Orlandi e colaboradores no Brasil. Desse modo, buscamos compreender, a partir das formações imaginárias, o funcionamento do discurso jornalístico de *Veja*, na medida em que, o dizer jornalístico, trabalha sob a ilusão de relatar fatos. No nosso caso particular, procuramos compreender o dizer jornalístico de *Veja*, no que diz respeito a inclusão de “cota” nas universidades federais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Cota, Formações imaginárias.

Introdução

Entre os anos de 2006 a 2012, a discussão sobre “cota”, que estampou as páginas de jornais e revistas, reaquece o debate sobre a sua legalidade, de um lado, e a ilegalidade, de outro, após o encaminhamento de dois manifestos ao Congresso Nacional, a saber: um manifesto contrário ao Projeto de Lei 73/99 (projeto de criação de “cota” em instituições de ensino superior federal, para estudantes que fossem oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas) e o Estatuto da Igualdade Racial; o outro manifesto se

colocava favorável aos dois projetos citados. Esses manifestos foram enviados assinados por vários setores da sociedade. O manifesto contrário a “cota” continha 116 assinaturas, entre elas, nomes como de Caetano Velloso (cantor), Ferreira Gullar (poeta) e Domingos Magnolli (sociólogo). Já, o manifesto em favor de “cota” continha 330 assinaturas, entre eles, Abdias do Nascimento (intelectual e ativista do Movimento Negro Unificado-MNU), Emir Sader (doutor em Ciências Políticas) e Kabengele Munanga (antropólogo). O primeiro manifesto (contra “cota”) foi entregue em 30 de maio de 2006, ao passo que, o segundo (favorável a “cota”) foi entregue 03 de julho de 2006.

Nesse contexto, mais do que “informar”, “relatar os fatos”, “noticiar” (BAHIA, 1990; BURGER; MARTEL, 2005), como se imagina o dizer jornalístico, podemos presenciar uma batalha pela imposição de sentidos sobre o referente “cota”. Isto é, como nos orienta Mariani (1996), a prática jornalística “funciona desambiguizando o mundo, homogeneizando os sentidos e instituindo “verdades” que ela mesma coloca em circulação” (MARIANI, 1996, p. 227).

Esse imaginário do discurso jornalístico também se assenta na ilusão de que há isenção do sujeito ao escrever uma matéria, como nos diz Bahia (1990):

Na explicação da notícia a isenção é indispensável. O público se inclina sempre por **um noticiário honesto, o mais objetivo e mais imparcial que possa ter**, preferindo ter elementos para julgar do que ser submetido a um julgamento alheio.

No conceito de jornalismo interpretativo a opinião ainda está reservada ao editorial. A notícia continua invulnerável (...) (BAHIA, 1990, p. 38, *grifos nossos*).

De acordo com Bahia, o jornalista, mesmo explicando a notícia, não pode expressar opinião, porque, senão, a notícia deixa de ser honesta, imparcial e não agradaria o gosto do público. O lugar de interpretação no jornalismo é o editorial, a notícia deve ser “invulnerável”.

Diferentemente do que Bahia propõe, Orlandi (2012) nos orienta que os processos de produção do discurso constituem três momentos, a saber: “sua constituição”, “sua formulação” e “sua circulação” (ORLANDI, 2012, p. 09). Ou seja, todo processo de enunciação compreende sempre um esquecimento inconsciente e pré-consciente (PÊCHEUX, 2010 [1975]), além de que, sua circulação “se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (ORLANDI, 2012, p. 09).

Em “*A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)*”, Pêcheux e Fuchs criticam a ideia de um enunciador dotado de vontades, intenções, escolhas e decisões. Segundo os autores, o processo de enunciação/textualização é um efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 2020), ou seja, o sujeito tem a ilusão de que relata a realidade, na medida em que faz do mundo objeto.

Desse modo, consoante Mariani (2003),

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, **funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: *capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade*** — ou seja, lê o presente — ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro — as possíveis consequências desses fatos do presente — e, assim, *legítima*, enquanto passado — memória — a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro (MARIANI, 2003, p. 33).

Conforme Mariani, analisar o discurso jornalístico é importante e necessário, na medida em que este é uma prática social que “funciona em várias dimensões temporais simultaneamente”, captando, transformando e divulgando acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade. Ou seja, tem-se a impressão da realidade, o que possibilita uma interpretação presente desse objeto imaginário (exemplo, “cota”), projetando (tentando controlar) um futuro, a partir da divulgação da “notícia” que atua direcionando sentidos.

Repensar o dizer jornalístico fora da ilusão de objetividade, neutralidade e literalidade é, de acordo com Pêcheux (2010 [1969]), nodal, na medida em que a notícia, diferente de ser transmissão de informação, é “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 2010 [1969]). Ou seja, os lugares em que os interlocutores ocupam nos processos discursivos são representações, “diferente da presença física de organismos humanos individuais” (*idem*, p. 81). Dito diferentemente, “ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (*idem, ibidem*). Vale acrescentar que, segundo esse autor, o referente também se trata de um *objeto imaginário*, porque faz parte de um ponto de vista do sujeito e não da realidade física (*idem, ibidem*).

A partir desses pressupostos, podemos formular um quadro das formações imaginárias¹ que sustentam o discurso sobre “cota” em *Veja*, a saber:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I A (A)	Imagem que o sujeito na posição jornalista tem de si.	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
I A (B)	Imagem que o sujeito na posição jornalista tem sobre o que é ser um <i>cotista</i> .	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
I A (C)	Ponto de vista de A sobre C (referente)	“De que falo assim?”

Quadro de formações imaginárias

Apresentado o quadro de formações imaginárias, analisaremos sequências discursivas² recortadas de nosso material de trabalho, ou seja, a textualização do discurso sobre “cota” publicados na revista *Veja*, entre os anos de 2006 a 2012.

1. Das formações imaginárias

SD1: **“Está em curso uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil.** Na semana passada, intelectuais e representantes de movimentos negros estiveram em Brasília para entregar um manifesto aos líderes do Congresso Nacional. O documento, com 330 assinaturas, é um libelo em favor de dois projetos — **a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial**, que, junto, **numa de suas consequências mais temíveis, instituem o racismo no país. Se os dois projetos forem aprovados, metade das vagas serão preenchidas segundo a quantidade de melanina na pele dos candidatos, e não pelo mérito acadêmico”.** (*Veja*, 12/07/2006).

SD2: **“O sistema de cotas nas universidades foi uma promessa de campanha do presidente Lula.** Embora já encampada pelas universidades, **a lei que o regulamenta espera aprovação no Congresso, junto com outra lei temerária que institucionaliza o cisma racial no país: o Estatuto da Igualdade Racial.** Caso os dois projetos sejam aprovados,

¹ Chamaremos de “A” a posição-sujeito do jornalista; “B” a imagem que A faz de um “cotista” e; “C” a imagem que A faz do referente “cota”.

² Segundo Courtine, a definição de sequências discursivas é “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009 [1981], p. 55).

metade das vagas nas universidades federais **terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano**". (*Veja*, 06/06/2007).

SD3: **"A lei de cotas e o estatuto racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição — ao tratar negros e brancos de forma desigual — e oficializam o racismo"**. (*Veja*, 06/06/2007).

SD4: **"A primeira e mais grave reflexão a fazer é se o papel das universidades federais deve passar a ser o de reparar injustiças históricas. Se for isso, há que ter em mente que se trata de uma mudança radical. As universidades existiram desde sempre para produzir conhecimento. A produção de conhecimento de qualidade só é possível em ambientes de porta de entrada estreita e com rígido regime de mérito. É o contrário do que propõe o sistema de cotas em votação no Senado. Se ele for aprovado, metade dos calouros terá acesso à universidade usando como passaporte de entrada o vago e cientificamente desacreditado conceito de raça. Adeus ao mérito individual. Com ele se despedem também a produção de conhecimento e o avanço acadêmico. Deve haver formas menos destruidoras de reparar injustiças históricas"**. (*Veja*, 04/03/2009).

Ao apresentar as sequências discursivas é possível depreender alguns posicionamentos:

1. O sujeito, ao enunciar, sempre o faz utilizando a 3ª pessoa do singular ou do plural, como podemos perceber em SD1 (*"Está em curso..."*), SD2 (*"O sistema de cotas nas universidades foi..."*), SD3 (*"A lei de cotas e o estatuto racial são..."*) e SD4 (*"A primeira e mais grave reflexão a fazer é..."*).

2. O jornalista, sob efeito sujeito, na ilusão de estar neutro ao enunciar sobre o tema, expõe o que ele imagina ser um *cotista*³. Desse modo, *cotista* é quem tem certa *"quantidade de melanina na pele"* (SD1); *"negros"* (SD2); *"calouros [terão] acesso à universidade usando como passaporte de entrada o vago e cientificamente desacreditado conceito de raça"* (SD4). Junte-se a isso, que *cotistas* ingressarão nas universidades sem *"mérito"* para entrar na academia, como podemos perceber nas SD1, SD2 e SD4. Com isso, *"adeus ao mérito individual, produção de conhecimento e avanço acadêmico"* (SD4).

3. A partir das sequências discursivas acima é possível também depreender a imagem que o sujeito enunciador na posição jornalista faz do que é *"cota"*. Assim, para esse sujeito, *"cota"* é: *"uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial"*

³ Esse termo *cotista* aparece no corpo textual de algumas matérias de *Veja* sobre *"cota"*, referindo-se ao estudante que ingressa na universidade por meio de *"cota"*.

no Brasil” (SD1); instituição do “*racismo no país*” (SD1); “*promessa de campanha do presidente Lula*” (SD2); “*lei temerária que institucionaliza o cisma racial no país*” (SD2); “[*monstruosidade jurídica que trata negros e brancos de forma desigual e oficializa o racismo*]” (SD2); uma forma destruidora de “*reparar injustiças históricas*” (SD4); “[*passaporte de acesso à universidade*]” (SD4); “*metade das vagas*” (SD1, SD2 e SD4); “[*demérito acadêmico*]” (SD1, SD2, SD4); fim da “*produção de conhecimento e avanço acadêmico*” (SD4).

O que podemos depreender, a partir desse jogo de imagens, é que o dizer jornalístico trabalha imaginariamente sob o ideal de que apenas relata os fatos do cotidiano. Todavia, o que existe é um imaginário social que constitui direções de sentidos, assim como os hierarquiza e valoriza uns em detrimento de outros, “de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade” (ORLANDI, 2017, p.94). Ou seja, formular é intervir na realidade, porque ao formular já estamos interpretando.

No entanto, de acordo com Mariani (1996), o discurso jornalístico é uma modalidade de *discurso sobre*. Desse modo, um efeito do “falar sobre” é tornar o seu referente como um objeto de sua enunciação. Assim, “o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento — o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial — e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente, porque não se envolveu com a questão” (MARIANI, 1996, p. 63-64). Por isso, podemos assim dizer, a escrita jornalística segue o padrão da escrita científica, utilizando sempre o sujeito na terceira pessoa do singular ou do plural numa tentativa de apagamento desse sujeito.

O que podemos dizer, é que mesmo tentando apagar a subjetividade do sujeito no discurso jornalístico, ao buscar objetividade, literalidade e imparcialidade, a formulação, como nos orienta Orlandi (2012), é o lugar onde a contradição se realiza. É por esse motivo que podemos perceber que, diferente de ser objetivo, literal e imparcial, os sentidos do discurso jornalístico sobre “cota” pertencer a uma formação discursiva dominante, em que os sentidos sobre “cota” já “nascem” negativizados. Não há discussão: “cota” é demérito; “cota” é instituir o racismo (SD1) que desliza para oficializar o racismo (SD2, SD3 e SD4).

Para efeito de fechamento, podemos dizer que, ao invés de relatar/falar/informar sobre a realidade, o discurso jornalístico sobre “cota” atua “na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, processos discursivos que tecem e homogeneizam a memória de uma época” (MARIANI, 2003, p. 41).

REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BURGER, Marcel; MARTEL, Guylaine. *Argumentation et communication dans les médias: introduction*. IN: BURGER, Marcel; MARTEL, Guylaine. *Argumentation et communication dans les médias*. Québec: Éditions Nota Bene, 2005, p. 07-27.

COURTINE, Jean Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). IN: ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ed. Campinas: Pontes, 2003, p. 31-42.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. 2ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. 4ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

_____. *FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)*. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. 4ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-249.